

Emprego Formal e Informal: uma Análise para o Estado de Mato Grosso do Sul¹

Formal and informal employment: an analysis for the Mato Grosso do Sul State²

Jessica Santos Fernandes³

Madalena Maria Schlindwein⁴

Resumo: O objetivo deste artigo é fazer uma caracterização do nível de emprego no estado de Mato Grosso do Sul, no período de 2001 a 2008. Com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, pretende-se comparar os indicadores de emprego com os dados da Região Centro-Oeste, fazendo uma análise do nível de emprego nesta região. Os resultados mostram que, no estado de Mato Grosso do Sul, há uma tendência à formalização do emprego e, em contrapartida, uma redução da informalidade. No período de 2001 a 2008, verificou-se um aumento de 27,58% no emprego formal e uma queda de 24,14% no emprego sem carteira de trabalho assinada.

Palavras-Chave: Emprego; Mato Grosso do Sul; Economia.

Abstract: The aim of this paper is to characterize the level of employment in the state of Mato Grosso do Sul, from 2001 to 2008. Based on data from the National Research of Sample for Domiciles, this study intends to compare the indicators of employment with the data from the Centro-Oeste Region, making an analysis of employment level in this region. The results show that in Mato Grosso do Sul there is a tendency to the formalization of employment and, conversely, a reduction of informality. In the period from 2001 to 2008, it was verified an increase from 27.58% in the formal employment and a decrease of 24.14% in employment without a formal contract.

Key-words: Employment; Mato Grosso do Sul; Economy.

JEL: J01, J21, J41.

Introdução

O mercado de trabalho brasileiro vive, atualmente, uma situação favorável com o crescimento do emprego formal. Mesmo com a crise econômica o país se superou, gerando quase 300 mil empregos formais no primeiro semestre de 2009, sendo o único país do G-20 a fechar o semestre com saldo de empregos positivos (ROSA, 2009). No ano de 2008, de acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) o Brasil atingiu cerca de 30 milhões de empregos formais, e em agosto esse saldo ultrapassava 30,700 milhões. A população ocupada nesse ano era de 92 milhões de trabalhadores, segundo a PNAD (2008), representando um crescimento de 2,8% em relação ao ano de 2007. Na região Centro-Oeste esse nível era de 6.910 mil pessoas ocupadas no ano de 2008, e em 2007 era de 6.697 mil, o que representa um acréscimo de 3,2%.

Em 2008, o mercado de trabalho brasileiro começa a sentir os reflexos da crise financeira mundial no mês de novembro, quando o saldo de admissão começou a

¹ Artigo recebido em outubro de 2010 e aprovado em dezembro de 2011.

² Este trabalho é parte dos resultados de projetos de pesquisa financiados pelo CNPq e pela UFGD.

³ Graduanda no curso de Administração na Universidade Federal da Grande Dourados e pesquisadora sobre emprego formal e informal no Estado de Mato Grosso do Sul e na região Centro-Oeste. E-mail: fernandes.jessica10@gmail.com

⁴ Economista pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Mestre em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará. Doutora em Ciências, área de concentração em Economia Aplicada, pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - Esalq-USP. E-mail: madalenaschlindwein@ufgd.edu.br

piorar, chegando a dezembro com cerca de 650 mil trabalhadores demitidos a mais que as contratações. Entretanto, a partir de fevereiro de 2009, a situação do mercado de trabalho começa a melhorar, o saldo de admissão passa a ser positivo e o Brasil começa a recuperar-se da crise, sendo que em julho desse ano os saldos de empregos formais, segundo o Caged (2010a) atingiram 138.400, sendo que foi o melhor índice dos meses anteriores. Nos meses de agosto e setembro de 2009, foram gerados mais de meio milhão de empregos a mais que as demissões. Com o governo baixando os juros e incentivando o crédito, o mercado de trabalho brasileiro se aquece, e assim reforça a recuperação da crise financeira.

No ano de 2009 foram gerados mais de um milhão de empregos formais no Brasil, segundo o Caged (2010b), sendo um resultado favorável em meio à crise financeira. Os setores que se destacaram nesse ano foram os setores de serviços, com mais de 500 mil empregos gerados no ano, o setor de comércio, com a geração de 297.157 empregos e construção civil com 177.185 novos empregos formais. Apenas a agropecuária não apresentou crescimento do emprego nesse ano. Todavia, em dezembro de 2009, houve uma queda de 415.192 empregos formais em relação ao mês anterior, devido principalmente, aos fatores sazonais negativos. O único setor que cresceu nesse mês foi o setor de comércio com mais de 10 mil empregos gerados (CAGED, 2010b).

Em janeiro de 2010, os empregos formais aumentaram mais de 181 mil no Brasil, segundo o Caged (2010b), a meta para este ano foi a geração de dois milhões de novos empregos formais. Nesse mês a indústria de transformação, após a forte queda de empregos em dezembro de 2009, foi a que mais gerou empregos ultrapassando 68 mil, destaque-se também os setores de serviços e construção civil.

Em fevereiro de 2010, o Brasil gerou 209.425 novos empregos com carteira de trabalho assinada, com esse resultado, no 1º bimestre do ano, o país chega a mais de 33 milhões de trabalhadores formais. Os melhores índices de geração de empregos foram encontrados nos setores de serviços, indústria de transformação e construção civil. O setor de serviços foi o que mais gerou empregos formais nesse mês com mais de 85 mil, o setor de indústria de transformação aumentou em 63 mil o seu nível de empregos formais, enquanto que a construção civil criou 34.735 empregos (CAGED, 2010b).

A região Centro-Oeste apresentou uma geração de mais de 70 mil empregos formais no ano de 2009 um aumento de 3,0% em relação ao ano de 2008. O estado dessa região que mais gerou empregos em 2009 foi Goiás, que criou 34 mil novos empregos. Em Mato Grosso do Sul foram gerados quase 13 mil novos empregos em 2009, crescendo 3,5% em relação aos índices de 2008. Em janeiro de 2010, a região Centro-Oeste gerou 24.271 empregos formais e em Mato Grosso do Sul 1.689 novos empregos, sendo que Goiás liderou a geração de empregos nesse mês com mais de 10 mil empregos (CAGED, 2010b). Em fevereiro de 2010, essa região apresentou 26.058 empregos gerados, sendo o segundo melhor saldo do mês, variando 1,06% em relação a janeiro de 2010 e totalizando nesse primeiro bimestre 50.329 empregos gerados.

Assim, este estudo tem como objetivo geral fazer uma caracterização do nível de emprego formal e informal durante o período de 2001 a 2008 no estado de Mato Grosso do Sul, considerando os principais setores da economia neste estado: Agropecuária, Indústria de Transformação, Serviços, Construção civil e Comércio.

Especificamente pretende-se: fazer uma análise dos indicadores de emprego; e, comparar o nível de emprego de Mato Grosso do Sul com a média da região Centro-Oeste brasileira.

Este trabalho está dividido em quatro seções, além desta breve introdução. Na próxima seção se apresenta a revisão bibliográfica, onde se destaca os principais estudos relacionados ao mercado de trabalho, em seguida tem-se a metodologia, com a apresentação da fonte de dados utilizada. Na quarta seção apresenta-se os resultados e discussões da pesquisa com destaque para a variação do emprego formal e informal no estado de Mato Grosso do Sul e fazendo-se uma comparação com os dados da região Centro-Oeste. Por fim, serão apresentadas as considerações finais.

2. Revisão Bibliográfica

Devido, especialmente, à globalização e às inovações tecnológicas e organizacionais, o mercado de trabalho brasileiro se modificou muito ao longo das últimas três décadas (OLIMPIA; ROLIM, 2000). Desde 1980, uma característica marcante é a elevada proporção de trabalhadores informais, isto é, sem carteira de trabalho assinada, no total da força de trabalho ocupada. Em 1981, os trabalhadores sem um contrato formal de trabalho atingiam 28,0% do total da população ocupada. Contudo, de acordo com Ulyssea (2005), foi a partir de 1990 que a informalidade apresentou uma tendência de crescimento.

O conceito de setor informal surgiu a partir de estudos desenvolvidos na década de 1970 pela Organização Internacional do Trabalho - OIT, a partir do Programa Mundial de Emprego, sendo que a OIT ratifica o conceito de informal a partir da visão das unidades produtivas e não por possuir carteira de trabalho assinada ou não. Os dois grupos mais numerosos são os empregados sem carteira assinada e o trabalhador por conta própria, sendo que são classificados como informais também os trabalhadores domésticos sem carteira assinada, aprendiz/estagiário sem remuneração, trabalhador na produção para o próprio consumo e o trabalhador não remunerado em ajuda a membro do domicílio (SABOIA; SABOIA, 2004).

Barros e Mendonça (1995), ao analisar o emprego formal, verificam uma tendência de queda já na década de 1980, a qual se intensificou a partir dos anos de 1990, aumentando assim a informalidade no Brasil. A perda de emprego formal no Brasil, de 1990 a 1997 foi ocasionada, principalmente, pelo declínio do emprego industrial, verifica-se que, nesse período, houve a perda de em torno de 2,50 milhões de empregos formais, especialmente entre os anos 1990 e 1994 (CAMARGO, 2006). No ano de 2000, segundo Saboia e Saboia (2004), pode-se constatar que de cada dois empregados um estava no setor informal.

Considerando o período de 1999 a 2002, os empregos formais aumentaram em torno de 17,0%. No ano de 2000, o emprego formal se elevou em 3,8% e o emprego informal 2,5%. De acordo com Ramos (2003), no ano de 1994, o aumento do setor informal foi de 5,8% enquanto no emprego formal foi de 0,7%. No ano de 2002 o montante de empregos formais atingiram em torno de 46,0% do total de empregos na economia brasileira (CAMARGO, 2006).

Passos, Ansiliero e Paiva (2005), destacam que, no período de 2000 a 2002, o emprego formal foi recuperando-se da queda ocorrida nos anos de 1990. Nestes anos, os empregos formais, cresceram em média 650 mil e, no ano de 2003, foram gerados 645 mil empregos com carteira de trabalho assinada. Já em 2004, o crescimento do emprego formal atingiu 1,5 milhão. Enfim, segundo Barros, Saboia e Kubrusly (2008), entre 2003 e 2006 foram gerados mais de 4,5 milhões de empregos formais. No ano de 2006 continua a tendência de melhora no mercado de trabalho, o emprego

com carteira assinada aumenta e o emprego informal cai (RAMOS; CAVALERI; CORSEUIL, 2007). Ávila (2006), também concluiu, analisando os dados da PNAD (2005), que o emprego formal cresceu significativamente nesse ano.

Considerando os diferentes ramos de atividade, o setor petróleo e gás é o que mais têm empregados formais no Brasil. O que ocorre, segundo Camargo (2006), porque esses setores precisam de mão-de-obra mais qualificada. Os trabalhadores informais concentram-se mais nos setores de agricultura, pecuária, silvicultura, exploração vegetal e pesca. Na construção civil e no setor terciário também é comum encontrar trabalhadores na informalidade (SABOIA; SABOIA, 2004). O setor da construção civil foi o que mais gerou empregos informais no período de 1992-2002. No país como um todo, perdeu 270 mil empregos formais e admitiu 890 mil trabalhadores informais (CAMARGO, 2006).

Analisando a região Centro-Oeste, o emprego formal de 1992 a 2002 cresceu 49,6%, ou seja, passou de 1.457.354 em 1992 para 2.180.340 em 2002, aumentando 722.986 (RAMOS; FERREIRA, 2004). Contudo, nesta região também destacam-se elevados índices de informalidade, exceto no Distrito Federal onde este índice é mais baixo. Na cidade de Campo Grande, por exemplo, a informalidade chega a 43,0%, e em Goiânia 46,2% (SABOIA; SABOIA, 2004).

Entre 1985 e 2002, observando a evolução do emprego formal, verifica-se que as regiões com menor grau de desenvolvimento apresentaram maior crescimento do emprego formal anualmente. Na região Centro-Oeste a taxa de crescimento do setor formal anual foi de 4,0%, ultrapassando a média nacional de 2,0%, em 1985 esta taxa era de 5,8% aumentando para 8,1%, em 2002 (CONSTANZI, 2004). No ano de 2005, nesta região, o emprego informal apresentou uma queda de 4,6%, enquanto que entre os anos de 1995 até 2004, havia crescido 2,3%. Já o emprego formal, no ano de 2005, cresceu 7,4%, e de 1995 a 2004 seu crescimento foi de 4,8% (ÁVILA, 2006).

De acordo com a PNAD (2007), na região Centro-Oeste, no ano de 2006, o número de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada era de 1.642 mil, representando 37,6%, acima da média nacional de 36,5%, enquanto que os empregados com carteira assinada somavam 2.143 mil, sendo 49,1% do total da população ocupada. No ano de 2007, os trabalhadores sem carteira de trabalho assinada chegavam a 1.631 mil, representando 35,8%, sendo que o índice nacional era de 35,0% e, os empregados formais 2.292 mil correspondendo a 50,3%, abaixo da média nacional de 54,4% (PNAD, 2008).

A região Centro-Oeste no último trimestre de 2008 perdeu, na indústria de transformação, cerca de 10 mil postos de trabalhos formais, 9,4 mil na agropecuária e, 2,5 mil na construção civil. Mas, em contrapartida, gerou 11,5 mil empregos formais no setor de serviços e 10,8 mil no setor de comércio (BANCO CENTRAL, 2008).

Em Mato Grosso do Sul, de acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED, no período de 1990 a 1994, houve uma perda de 7.440 empregos formais, já entre 1995 e 1998 o emprego formal caiu 16.858 a mais que as contratações (VIEIRA, 2008). Entretanto, nos anos de 2003 a 2006, o emprego formal cresceu 0,9%, nesse estado, enquanto no Distrito Federal o índice é de 1,6%, em Mato Grosso de 0,9% e em Goiás 2,4% (BARROS; SABOIA; KUBRUSLY, 2008). No setor informal em Mato Grosso do Sul, em 2000, encontravam-se em torno de 50,0% do total da população ocupada, todavia, considerando a região Centro-Oeste, somente no Distrito Federal a informalidade estava abaixo da média nacional nesse período (SABOIA; SABOIA, 2004).

No estado de Mato Grosso do Sul, em 1990, o setor terciário correspondia a 59,6% da população ocupada, o setor primário a 26,0% e o secundário a 14,4%. No ano de 1998 o setor primário correspondia a 28,0% do total da população ocupada, contudo, os setores secundário e terciário diminuíram nesse período. Em 1999, o setor primário caiu para 27,8% e em 2001 para 18,4%. Já o setor terciário aumentou de 59,6% para 62,3% em 2001, do total da população ocupada sul-mato-grossense (VIEIRA, 2008).

No período de 1990 a 1999 os setores de atividades que mais perderam empregos no estado foram os setores de serviços, de comércio e indústria de transformação. No ano de 2000, o total de pessoas admitidas foi de 6.440 a mais que os desligamentos, já no ano de 2005, esse número caiu para 5.000, isso se refletiu principalmente no setor primário. Entretanto, no ano de 2006, o saldo de admissão aumentou para 9.647, começando a melhorar a situação do mercado de trabalho no estado de Mato Grosso do Sul (VIEIRA, 2008). O emprego formal em 2007 era de 364.880 empregados, chegando a 392.614 em 2008, um aumento de 27.734 empregos. Já os trabalhadores por conta própria correspondiam a 249.396 neste ano (MATO GROSSO DO SUL, 2009).

3. Metodologia

Este trabalho trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, onde se efetuou um levantamento histórico de dados sobre o mercado de trabalho no estado de Mato Grosso do Sul, no período de 2001 a 2008. Com a análise buscou-se caracterizar tanto o emprego formal quanto o informal.

Para a realização deste trabalho foram utilizadas as publicações impressas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2001-2008, realizadas pelo IBGE, além de outras fontes, como dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. Para a caracterização do emprego no estado de Mato Grosso do Sul, coletou-se dados históricos referentes ao período de 2001 a 2008, que foram tabelados e apresentados na forma de Tabelas e Gráficos.

Várias pesquisas caracterizam o mercado de trabalho: A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS); o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED); a Pesquisa Mensal de Emprego (PME); e, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) foi fundada em 23 de dezembro de 1975 e, a partir do ano seguinte todos os empregadores foram obrigados a entregar uma declaração sobre os dados de seus empregados. Os dados referem-se ao total de emprego, de estabelecimentos, sobre o índice de rotatividade, entre outros. Segundo Sabóia e Tolipan (1985) a RAIS têm se aperfeiçoado, considerando que sua maior dificuldade é o aumento da cobertura, que dificulta a comparação ao longo dos anos. Todo estabelecimento é obrigado a declarar a RAIS, sob penalidade de multa, de acordo com o Manual de Orientação da Relação Anual de Informações Sociais (2010) e isso permite uma visão real do mercado de trabalho formal, fornecendo uma série de dados sobre o emprego no Brasil.

A RAIS, que representa um censo anual do emprego formal, destina-se principalmente para a base de cálculo do PIS, entre outros. Utiliza dados de todos os empregados formais: estatutários, celetistas, temporários e avulsos. Suas informações são úteis para a análise estrutural no mercado de trabalho. No entanto, os números

de estabelecimentos que apresentam declarações mudam a cada ano, impossibilitando assim verificar o real crescimento do mercado de trabalho formal, segundo o Ministério da Educação (2010).

O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) foi criado em 1965, pelo governo federal, com o objetivo de verificar o total de admissões e desligamentos no mercado de trabalho. As informações são feitas mensalmente com base nos estabelecimentos declarantes, que são cerca de 600 mil, envolvendo o país como um todo. Tanto a RAIS quanto o CAGED tratam-se de registros administrativos, ou seja, um cadastro que as empresas preenchem por obrigação legal referente a seus empreendimentos e empregados, diferentemente das pesquisas domiciliares, como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), que utiliza-se de questionários aplicados nos domicílios, com o intuito de caracterizar aspectos socioeconômicos das famílias, dentre os quais as diferentes formas de ocupação, incluindo o emprego formal e informal (NEAD, 2007).

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) vem sendo realizada desde 1967, principalmente para estudar temas sobre a população brasileira durante os períodos em que não é publicado o Censo Demográfico. Ela é estruturada em pesquisas básicas, suplementares e especiais. As pesquisas básicas abordam temas importantes para o desenvolvimento do Brasil, como: emprego formal e informal, rendimento, habitação, isto é, temas ligados às características demográficas e educacionais. As pesquisas suplementares complementam as pesquisas básicas abordando temas que se relacionem com estas, já as pesquisas especiais incluem temas específicos, que são tratados a parte das demais pesquisas (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010).

A Pesquisa Mensal do Emprego permite avaliar mensalmente os indicadores de emprego de seis regiões metropolitanas. Essa pesquisa foi iniciada em 1980, sendo que, em 2001, passou por uma ampla revisão metodológica com o objetivo de fazer um levantamento mais abrangente sobre o mercado de trabalho. Uma das desvantagens de se utilizar a pesquisa mensal do emprego é que não seria possível acompanhar a evolução das demais regiões metropolitanas, já que ela só cobre seis das nove regiões, e também a impossibilidade de verificar o mercado de trabalho nas regiões não metropolitanas e rurais, as quais correspondem a 71% da população brasileira (ROCHA, 1996).

Neste artigo utilizam-se dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, sendo que a opção por esses dados refere-se, principalmente, ao fato de se tratar de um levantamento nacional e anual, além de ser a única base a caracterizar tanto o mercado formal de trabalho quanto o informal; e, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, utilizada para se ter um panorama do mercado de trabalho no ano de 2010, já que esta base é mensal e caracteriza especialmente o emprego formal.

4. Resultados e discussão

Os resultados serão apresentados, primeiramente, com base no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados indicando o crescimento do emprego formal no estado de Mato Grosso do Sul no ano de 2010. A seguir, utilizando os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, analisa-se o emprego formal e informal, no período de 2001 a 2008, no estado de Mato Grosso do Sul comparando-se os valores com a média da região Centro-Oeste.

4.1 Retrato do emprego formal no estado de Mato Grosso do Sul

No estado de Mato Grosso do Sul, de acordo com o Caged (2010b), foram gerados, no primeiro semestre de 2010, 20.584 empregos formais. O mês em que mais gerou-se empregos no estado foi o mês de abril, com 4.903, como se pode observar na Tabela 1, sendo que em janeiro ocorreu um dos piores índices do semestre, 1.689 empregos gerados.

Em fevereiro de 2010 observou-se uma melhora no emprego formal, com 3.940 novos empregos, sendo que neste mês foram admitidos mais de 21 mil trabalhadores e demitidos quase 18 mil. O setor que mais gerou empregos no estado de Mato Grosso do Sul foi o setor da agropecuária, com cerca de 1.500 empregos gerados, seguido pelo setor de serviços, com 1.108 e da indústria de transformação com quase 1.060, como mostra a Tabela 2. O único setor que não cresceu nesse mês foi o setor da construção civil. Nesse primeiro bimestre de 2010, houve um acréscimo de 5.629 empregos no estado.

Tabela 1 – Crescimento do emprego formal – total das atividades – região Centro-Oeste, estados e DF – 2009/2010.

Unidade de Federação	Janeiro		Fevereiro		Março		Abril		Maio		Junho	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
Mato Grosso do Sul	2.102	1.689	2.208	3.940	4.904	4.204	314	4.903	1.312	2.671	1.937	3.177
Mato Grosso	3.324	8.852	5.378	7.125	1.078	-663	-554	3.421	773	664	5.453	5.287
Goiás	1.835	10.176	8.058	10.727	7.914	13.754	14.662	17.171	5.103	10.254	7.348	8.073
Distrito Federal	175	3.554	3.395	4.266	3.291	2.918	4.980	6.003	45	3.085	3.551	757
Centro-Oeste	7.086	24.271	19.039	26.058	15.067	20.213	19.402	31.498	7.233	16.674	11.187	17.294

Fonte: Elaborada a partir dos dados do Caged (2010b).

Ao comparar o ano de 2009 com o ano de 2010 verifica-se que na região Centro-Oeste houve um crescimento em todos os meses do primeiro semestre, com destaque para janeiro que teve um aumento significativo como se observa na Tabela 1, sendo que o estado de Goiás foi o principal responsável pelo crescimento, mostrando a recuperação da economia depois da crise internacional. No estado de Mato Grosso do Sul destaca-se o mês de abril com um grande aumento no número de empregos formais, dado principalmente pelo aumento das contratações no setor industrial, incluindo Construção Civil, assim como também pelo crescimento no setor de Agropecuária e Serviços.

No mês de março foram gerados 4.204 empregos celetistas, aumentando 264 postos de trabalho em relação ao mês anterior, como pode ser observado na Tabela 1. Os setores que mais contribuíram com esse resultado foram a Indústria de Transformação com 1.633 e Serviços com 1.328 novos empregos. Nos três primeiros meses deste ano houve um acréscimo de 9.833 empregos com carteira assinada. Ao analisar o mês de abril verifica-se uma geração de 4.903 empregos, o melhor resultado do semestre para o estado de Mato Grosso do Sul, os setores que mais aumentaram seus volumes de empregados nesse mês foram a Indústria de Transformação com 1.788 postos, Serviços com 1.446 e Agropecuária, 1.021 novos empregos, como mostra a Tabela 2.

Em maio a geração de empregos no estado de Mato Grosso do Sul foi de 2.671, sendo que houve a redução de 2.232 empregos em relação a abril. Os setores de atividade que mais contribuíram foram os Serviços com 1.451 novos postos de trabalho, a Construção Civil com 658 e o Comércio com 570 novos empregos. Nos cinco primeiros meses de 2010, o total do aumento no volume de empregos com carteira assinada foi de 17.407. Já no mês de junho foram gerados 3.177 empregos celetistas, um aumento de 506 comparado com o mês de maio. Os setores de Serviços, Indústria de Transformação e Agropecuária foram responsáveis pela maior parte do acréscimo do emprego neste mês, conforme se observa na Tabela 2.

Tabela 2 – Comportamento do emprego segundo setores de atividade econômica – Mato Grosso do Sul - 2010

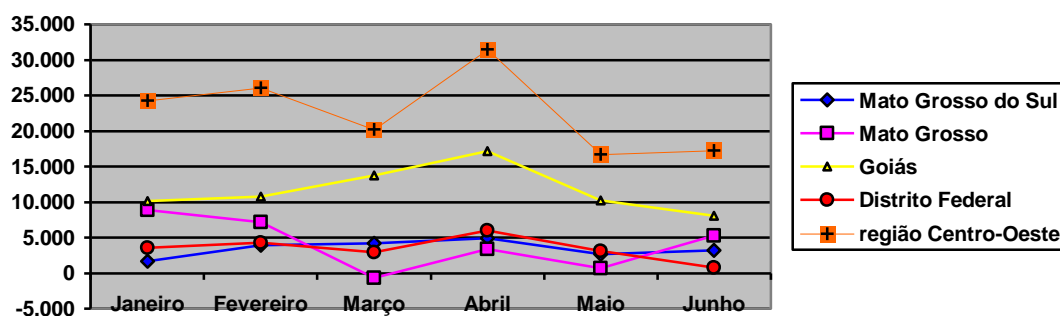
Setores de Ativ. Econ.	2010/Jan	2010/Fev	2010/Março	2010/Abril	2010/Maio	2010/Junho
Extrativa Mineral	103	6	40	4	8	-3
Ind. de Transformação	107	1.059	1.633	1.778	-215	958
Serviços Indust. de Util. Pub. – SIUP	-3	32	25	27	6	19
Construção Civil	345	-80	130	270	658	361
Comércio	212	249	87	362	570	296
Serviços	346	1.108	1.328	1.446	1.451	1.117
Administração Pública	8	11	75	-5	-8	-74
Agropecuária	571	1.555	886	1.021	201	503

Fonte: Elaborada a partir de dados do Caged (2010b).

Observa-se, no decorrer dos primeiros seis meses de 2010, um crescimento do emprego formal no estado de Mato Grosso do Sul. Apesar das oscilações, houve um considerável aumento no emprego com carteira assinada no período, num total de 20.584, aumento esse que pode ter um caráter sazonal.

Considerando-se os dados para as Unidades Federativas da região Centro-Oeste, o estado de Goiás liderou a geração de empregos com 70.155 novos empregos, Mato Grosso gerou 24.686 empregos com carteira assinada e, o Distrito Federal, 20.583 empregos, ao longo do semestre. No Gráfico 1 observa-se uma considerável oscilação na geração de empregos entre os meses em análise e entre as diferentes UF.

Gráfico 1 – Comportamento do emprego formal – total das atividades – região Centro-Oeste, estados e DF – 2010



Fonte: Elaborado a partir dos dados do Caged (2010b).

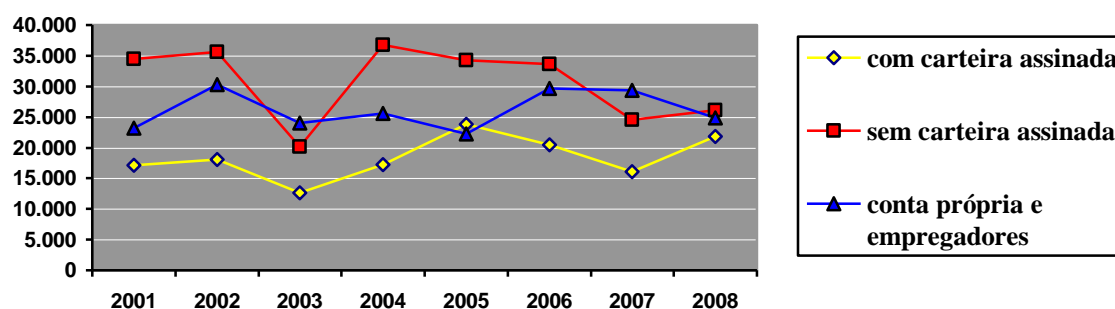
Em março, conforme o Gráfico 1, verifica-se no estado de Mato Grosso a eliminação de 663 postos de trabalho, o único mês que não houve crescimento do emprego formal, tal resultado ocorreu pelas quedas, especialmente do setor da Agropecuária (-1.456 postos) e do Comércio (-873 postos) e, pelo pouco crescimento da Indústria de Transformação (+551 postos) e de Serviços (+504 postos). Contudo, no decorrer do semestre o crescimento foi se recuperando dessa queda chegando a junho com 5.287 empregos gerados.

No Distrito Federal, houve uma redução no crescimento do emprego no primeiro semestre de 2010, em janeiro o saldo de admissão era de 3.554 empregos caindo em junho para apenas 757 novos empregos, como pode ser observado no Gráfico 1. Contribuindo para esse resultado, em junho, a queda no setor da Construção Civil (-262 postos) e da Agropecuária (-100 postos) confrontando com o crescimento no setor de Serviços (+946 postos) e na Indústria de Transformação (+238 postos).

4.2 Emprego no Estado de Mato Grosso do Sul

O estado de Mato Grosso do Sul apresenta uma diminuição no emprego informal no período de 2001 a 2008, como demonstra a Figura 2, podendo ser sazonal esta diminuição, uma vez que muitos trabalhadores não residem efetivamente no estado, permanecendo no mesmo somente um período de tempo. Por outro lado, se verifica um aumento significativo no emprego formal nesse período, cerca de 5 mil novos postos de trabalho. Os anos de 2003, 2006 e 2007 apresentaram queda no emprego com carteira assinada. Ao analisar os trabalhadores por conta própria e empregadores, nota-se uma expressiva variação no período em questão, apresentando valores superiores aos de trabalhadores informais apenas em 2003 e 2007, como mostra a Gráfico 2.

Gráfico 2 - Trabalhadores com 10 ou mais anos de idade, segundo algumas características – Mato Grosso do Sul.



Fonte: Elaborada a partir dos dados da PNAD (2001; 2002; 2003; 2004; 2005; 2006; 2007; 2008).

4.2.1 Emprego formal no Estado de Mato Grosso do Sul

O emprego formal no estado de Mato Grosso do Sul, no período de 2001 a 2008, mostra um desempenho favorável, com a ampliação tanto do emprego com

carteira assinada quanto para os militares e funcionários públicos estatutários. No caso dos militares e funcionários públicos estatutários verificou-se um acréscimo de 2.446 empregados, o que representa um aumento de 189,6% no período, como pode ser observado na Tabela 3.

O total da população ocupada no estado de Mato Grosso do Sul representa a soma de todas as características discriminadas na Tabela 3, mais os trabalhadores domésticos, conta própria e empregadores, trabalhadores para o próprio uso e consumo e não remunerados. Observa-se que a população ocupada caiu de 94.750 em 2001, para 91.539 em 2008, isto é, reduziu mais de 3.000 seu número de empregados, em termos relativos 3,5%. Essa redução talvez possa ser justificada pela queda no emprego informal, considerando que parte dos trabalhadores contratados na região são 'sazonais', isto é, não possuem seus domicílios no estado de Mato Grosso do Sul. O ano de 2002 apresentou o maior número de pessoas ocupadas no estado, quase 108 mil, como se observa na Tabela 3, entretanto em 2003 esse número caiu para 71.385, ou seja, 33,8%, a maior redução observada no período em análise.

Tabela 3 - Trabalhadores com dez anos ou mais, segundo algumas características – Mato Grosso do Sul, período de 2001 a 2008

Características/Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Com carteira assinada	17.080	18.089	12.655	17.274	23.764	20.478	16.083	21.792
Militares e Func. Púb. Estatutários	1.290	2.807	1.299	2.776	2.469	2.141	2.206	3.736
Sem carteira assinada	34.484	35.563	20.119	36.716	34.243	33.633	24.594	26.158
Total de Empregados	52.854	56.459	34.073	56.766	60.476	56.252	42.883	51.686
Total população ocupada ⁵	94.750	107.924	71.385	102.420	105.825	103.000	90.000	91.539

Fonte: Elaborada a partir dos dados da PNAD (2001; 2002; 2003; 2004; 2005; 2006; 2007; 2008).

Os trabalhadores com carteira assinada aumentaram 27,6% no período de 2001 a 2008, cerca de 5 mil empregados. No ano de 2005 observou-se o maior número de pessoas com carteira de trabalho assinada, como mostra a Tabela 3, representando 39,3% do total de empregados e, 22,4% do total da população ocupada no ano. Foi no ano de 2003 que se verificou o menor número de pessoas com carteira assinada, 12.665, valor que representa 17,7% do total da população ocupada.

4.2.2 Emprego informal no estado de Mato Grosso do Sul

O emprego informal no estado de Mato Grosso do Sul reduziu significativamente seus postos de trabalhos no período de 2001 a 2008. Somente as categorias de empregados por conta própria e empregadores que aumentaram seu número de funcionários, como se observa na Tabela 4.

Os trabalhadores sem carteira de trabalho assinada, reduziram em mais de 8 mil entre 2001 e 2008, ou seja, uma queda de cerca de 24% no período, como mostra a Tabela 4. No ano de 2003 se observou o menor número de empregados sem carteira assinada do período, 20.119, contudo no ano seguinte, observa-se o maior número de trabalhadores sem carteira assinada, 36.716, no período analisado. Essa categoria, na

⁵ Fazem parte do total da população ocupada também as seguintes categorias: trabalhadores domésticos, conta própria e empregadores, trabalhadores para o próprio uso e consumo e não remunerados.

maioria das vezes, é a que tem o maior número de trabalhadores, ficando em segundo lugar a de trabalhadores por conta própria e empregadores.

Em termos relativos, no estado de Mato Grosso do Sul, no ano de 2001, a proporção de trabalhadores sem carteira assinada no total de empregados representou 65%, já em 2008, esse percentual caiu para 50%, como pode ser observado na Tabela 4.

Os trabalhadores domésticos no estado de Mato Grosso do Sul reduziram, entre 2001 e 2008, num total de 1.384, sendo que a maior queda foi observada do ano de 2002 para 2003, cerca de 6.500 trabalhadores. No período de 2001 a 2008 a redução foi de 10,5% e entre 2002 e 2003 essa redução chega a 43,7%. No ano de 2001 os trabalhadores domésticos representavam 13,9%, já em 2008 passou a ser 12,9% do total da população ocupada no estado.

Tabela 4 – Trabalhadores com dez anos ou mais, segundo algumas características – Mato Grosso do Sul, período de 2001 a 2008

Características/Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Sem carteira assinada	34.484	35.563	20.119	36.716	34.243	33.633	24.594	26.158
Trabalhadores domésticos	13.217	14.975	8.432	13.882	18.508	13.146	12.929	11.833
Conta própria e empregadores	23.202	30.252	24.016	25.601	22.215	29.659	29.333	24.905
Para o próprio uso e consumo ⁶	2.255	3.120	1.945	2.161	2.467	1.834	3.468	1.246
Não remunerados ⁷	3.222	3.118	2.919	4.010	2.159	1.835	1.260	1.869
Total de Empregados ⁸	52.854	56.459	34.073	56.766	60.476	56.252	42.883	51.686
Total população ocupada ⁹	94.750	107.924	71.385	102.420	105.825	103.000	90.000	91.539

Fonte: Elaborada a partir dos dados da Pnad (2001; 2002; 2003; 2004; 2005; 2006; 2007; 2008).

Os trabalhadores por conta própria e empregadores, entre o período de 2001 a 2008, apresentaram um crescimento de 1.703 ou 7,3%, sendo a única categoria, considerando o emprego informal, a ampliar seus postos de trabalhos no período. O maior volume de trabalhadores foi observado em 2002 com 30.252, entretanto teve uma queda em 2003 de 20,6%, a maior para o período. Contudo, nos anos de 2006 e 2007 o número de trabalhadores por conta própria e empregadores recuperam-se, e superam os trabalhadores sem carteira de trabalho assinada neste último ano.

Ao analisar os trabalhadores para o próprio uso e não remunerados percebe-se que eles reduziram significativamente seu número de empregos de 2001 a 2008 em torno de 1.009 e 1.353, respectivamente. Eles representam uma pequena parcela da

⁶ Trabalhadores para o próprio uso e consumo: pessoa que trabalha durante pelo menos uma hora na semana, na produção de bens do ramo, como agricultura, pecuária e pesca entre outros, para a própria alimentação de um membro da unidade domiciliar ou na construção de edifícios, poços e estradas privadas, entre outros para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar (PNAD, 2008).

⁷ Trabalhadores não remunerados: pessoa que trabalha sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana, em ajuda a um membro domiciliar, aprendiz, estagiário ou em ajuda a instituição religiosa (PNAD, 2008).

⁸ O total de empregados representa a soma das seguintes categorias: trabalhadores com carteira assinada, trabalhadores sem carteira assinada e militares e funcionários públicos estatutários.

⁹ Fazem parte do total da população ocupada também as seguintes categorias: com carteira assinada, militares e funcionários públicos estatutários.

população ocupada, no ano de 2008 os trabalhadores para o próprio uso e consumo somavam 1,4% e os não remunerados 2,0%, como mostra a Tabela 4.

4.3 Emprego formal e informal da região Centro-Oeste em comparação com a média do estado de Mato Grosso do Sul.

Ao comparar o nível de emprego formal do estado de Mato Grosso do Sul com os dados para a região Centro-Oeste, verifica-se que enquanto no período de 2001 a 2008, os trabalhadores formais apresentaram um crescimento de aproximadamente 28% em Mato Grosso do Sul, o emprego formal, considerando a média para a região Centro-Oeste, teve um crescimento bem superior, 64%. Essa diferença pode ser explicada pelo crescimento no emprego de outros estados nesta região, como Goiás, por exemplo. Na região Centro-Oeste o emprego formal mostra um expressivo crescimento de quase 82.000, em números absolutos, enquanto que em Mato Grosso do Sul o emprego com carteira assinada aumentou apenas em torno de 5 mil no mesmo período, como pode ser observado na Tabela 5.

Tabela 5 - Trabalhadores com 10 ou mais anos de idade, segundo algumas características – Mato Grosso do Sul e região Centro-Oeste – 2001 – 2008

Características/Anos	2001	2008
<i>Mato Grosso do Sul</i>		
Com carteira de trabalho assinada	17.080	21.792
Sem carteira de trabalho assinada	34.484	26.158
Militares e Func. Pub. estatutários	1.290	3.736
Total de empregados	52.854	51.686
<i>Região Centro-Oeste</i>		
Com carteira de trabalho assinada	127.282	208.835
Sem carteira de trabalho assinada	209.089	205.851
Militares e Func. Pub. estatutários	33.568	35.213
Total de empregados	369.939	449.899

Fonte: Elaborada a partir dos dados da PNAD (2001; 2008).

Ao considerar o total de empregados na região Centro-Oeste, verifica-se um aumento de quase 80 mil para o período em análise, devido, principalmente, a ampliação do nível de emprego com carteira assinada nesta região. No estado de Mato Grosso do Sul, o total de empregados entre 2001 e 2008 diminuíram cerca de 1 mil, especialmente pela redução dos empregados sem carteira de trabalho assinada, em torno de 24%. Em termos relativos, na região Centro-Oeste o total de empregados aumentaram 21% nesse período e no estado de Mato Grosso do Sul esse total caiu 2%.

No que se refere ao emprego informal, ao comparar a região Centro-Oeste com o estado de Mato Grosso do Sul, verifica-se que, considerando a média da região, os empregados sem carteira de trabalho assinada reduziram expressivamente seu número em 3.238 de 2001 a 2008, chegando em 2008 em número menor que os trabalhadores com carteira de trabalho assinada. No estado de Mato Grosso do Sul houve também uma queda no emprego sem carteira assinada de 8.326, em termos relativos essa redução representa 24,1% e na região Centro-Oeste, 1,5% no mesmo período.

Considerações Finais

O objetivo central deste artigo foi o de analisar o nível de emprego formal e informal no estado de Mato Grosso do Sul e comparar os valores com os dados da região Centro-Oeste. Os resultados demonstraram que neste estado verifica-se um crescimento do emprego formal e uma diminuição do emprego informal, no período de 2001 a 2008, onde os trabalhadores sem carteira de trabalho assinada caíram cerca de 8 mil, em contrapartida, os trabalhadores com carteira assinada aumentaram em quase 5 mil.

Verifica-se um crescimento no total de empregados, isto é, a soma dos trabalhadores com carteira assinada, os militares e funcionários públicos e os trabalhadores sem carteira de trabalho assinada, da região Centro-Oeste, de 2001 a 2008, de aproximadamente 80 mil, enquanto que no estado de Mato Grosso do Sul houve uma redução de 1.168 empregados. No Centro-Oeste, o montante total de empregados aumentou, em termos relativos, 21% nesse período, enquanto em Mato Grosso do Sul se verificou uma queda de 2%.

O maior crescimento de emprego formal para o estado de Mato Grosso do Sul foi observado do ano de 2004 para 2005, 6.490. Já considerando o emprego informal o maior crescimento foi de 2003 a 2004, mais de 16 mil, enquanto que entre 2002 e 2003, houve uma redução de cerca de 15 mil. Conclui-se, portanto, que o mercado de trabalho sul-mato-grossense vem apresentando indicativos de formalização ao longo dos últimos anos, com um aumento no número de trabalhadores com carteira de trabalho assinada.

Referências

ÁVILA, M. Avaliação geral dos resultados da Pnad de 2005. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Rio de Janeiro: IPEA, n. 31, out. 2006.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Boletim Regional do Banco Central do Brasil: Região Centro-Oeste**. Brasília, 2008.

BARROS, R. C.; SABOIA, J.; KUBRUSLY, L. S. Diferenciação regional da geração de empregos formais no Brasil no quadriênio 2003/2006. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 39, n. 2, 2008.

BARROS, P. B.; MENDONÇA, R. S. P. **Uma avaliação da qualidade do emprego no Brasil**. Brasília: IPEA, 75 p, set. 1995. (IPEA. Texto para Discussão, 381).

CAGED. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados: Síntese do comportamento do mercado de trabalho formal. 2009. Disponível em: <http://carep.mte.gov.br/caged_mensal/2009_07/br.pdf> Acesso em: 26 fev. 2010a.

CAGED. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados 2010**. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/caged/default.asp>> Acesso em: 26 fev. 2010b.

CAMARGO, F. S. **Análise estrutural do emprego formal e informal na economia brasileira.** Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) Escola Superior de Agricultura “Luis de Queiroz”. Universidade de São Paulo. Piracicaba, 2006. 67 p.

CONSTANZI, R. N. **Evolução do emprego formal no Brasil e as implicações para as políticas públicas de geração de emprego e renda.** Brasília: IPEA, set. 2004. 33p. (IPEA. Texto para Discussão, 1039).

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2008.** Rio de Janeiro, IBGE, 2009.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2007.** Rio de Janeiro, IBGE, 2008.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2006.** Rio de Janeiro, IBGE, 2007.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2005.** Rio de Janeiro, IBGE, 2006.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2004.** Rio de Janeiro, IBGE, 2005.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2003.** Rio de Janeiro, IBGE, 2004.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2002.** Rio de Janeiro, IBGE, 2003.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2001.** Rio de Janeiro, IBGE, 2002.

MATO GROSSO DO SUL, Estado de. **Dados Estatísticos de Mato Grosso do sul – 2009.** Campo Grande, dez 2009. Disponível em: <<http://www.semec.ms.gov.br/control/ShowFile.php?id=52984>>. Acesso em: 04 mai. 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Informações gerais sobre a PNAD – objetivos da RAIS e do CAGED.** 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12526:informacoes-gerais-sobre-a-pnad-objetivos-da-rais-e-do-caged&catid=190:setec>. Acesso em: 28 abr. 2010.

NEAD Estudos. **Mercado de trabalho agrícola no Brasil:** principais características das fontes de dados. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos / Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília: MDA; São Paulo: DIEESE, 2007.

OLIMPIA, V.; ROLIM, L. Ações do governo federal para reduzir a informalidade no mercado de trabalho. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Brasília: IPEA, n. 14, out. 2000.

PASSOS, A. F.; ANSILIERO, G.; PAIVA, L. H. Mercado de trabalho: evolução recente e perspectivas. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**. Rio de Janeiro: IPEA, n. 26, fev. 2005.

RAIS. **Manual de Orientação da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS): ano-base 2009**. Brasília, 2010. 53 p. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/rais/Manual_RAIS_2009.pdf>. Acesso em: 04 mai. 2010.

RAMOS, C. A. O emprego nos anos 1990: o regime macroeconômico importa? **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Brasília: IPEA, n. 22, nov. 2003.

RAMOS, L.; CAVALERI, R.; CORSEUIL, C. H. Um breve panorama dos principais agregados no mercado de trabalho brasileiro segundo as Pnads de 2001 a 2006. **Mercado de trabalho: conjuntura e análise**, Rio de Janeiro: IPEA, n. 33, jul. 2007.

RAMOS, L.; FERREIRA, V. **Geração de emprego e realocação espacial no mercado de trabalho brasileiro: 1992-2002**. Rio de Janeiro: IPEA, jul. 2004. 28 p. (IPEA. Texto para Discussão, 1027).

ROCHA, S. **Renda e Pobreza: os impactos do plano Real**. Rio de Janeiro: IPEA, dez. 1996. (IPEA, Texto para Discussão n° 439).

ROSA, A. Mercado de trabalho reage à crise e volta a contratar. **Revista Trabalho**, Brasília, n. 4, mai./jun./jul. 2009.

SABOIA, J.; SABOIA, A. L. **Caracterização do setor informal a partir dos dados do Censo Demográfico do Brasil de 2000**. Rio de Janeiro, Jun. 2004. Disponível em: <<http://www.redcelsofurtado.edu.mx/archivosPDF/saboia2.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2010.

SABOIA, J. L. M.; TOLIPAN, R. M. L. A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e o mercado formal de trabalho no Brasil: uma nota. **Pesquisa e Planejamento Econômico**. Rio de Janeiro. 15 (2). 447-456. Ago. 1985.

ULYSSEA, G. **Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha de literatura**. Rio de Janeiro, fev. 2005. 32 p. (IPEA, Texto para Discussão. 1070).

VIEIRA, R. M. Comportamento do mercado de trabalho: um estudo preliminar para o estado de Mato Grosso do Sul. **Anais VI Seminário do Trabalho: Trabalho, Economia e Educação no século XXI**. Marília, mai. 2008.